



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2022

026. PROVA OBJETIVA

SUPERVISOR DE ENSINO

(OPÇÃO: 034)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88) é considerado um fundamento do ordenamento jurídico brasileiro nacional, devido à sua relevância para a manutenção da democracia e dos direitos humanos fundamentais do cidadão brasileiro. O caput do referido artigo da CF/88 estabelece que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer _____, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a _____ do direito à vida, à liberdade, à _____, à segurança e à propriedade”.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do excerto.

- (A) estado ... prioridade ... educação
- (B) classe social ... concretização ... saúde
- (C) natureza ... inviolabilidade ... igualdade
- (D) idade ... inviolabilidade ... saúde
- (E) região ... concretização ... igualdade

02. Conforme o artigo 14, § 1º, da Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no Conselho Escolar, o diretor de escola é membro

- (A) vitalício.
- (B) prioritário.
- (C) indicado.
- (D) nato.
- (E) eleito.

03. Ana e Josias são diretores de escolas. Durante um congresso de formação de gestores, debatiam acerca de perspectivas de gestão escolar. Com fundamento nas ideias de Heloisa Lück (In *Gestão escolar e formação de gestores*, 2000), Josias afirmou, corretamente, que um paradigma dinâmico de escola e de sua direção consiste em compreender que

- (A) a responsabilidade maior do dirigente está na obtenção e na garantia de recursos necessários para o bom funcionamento da unidade escolar.
- (B) os sistemas de ensino e as organizações escolares são estáveis, regulares e significativamente iguais entre si.
- (C) as organizações têm vida e realizam seus objetivos mediante a participação conjunta de seus profissionais e usuários.
- (D) as incertezas, ambiguidades, tensões, os conflitos e as crises na escola são evidências de má gestão e precisam ser evitados.
- (E) a precariedade de recursos impede o dinamismo da instituição escolar e a realização do trabalho do diretor.

04. O Plano Estadual de Educação de São Paulo (PEE – Lei nº 16.279/2016) estabelece em sua meta 19 a efetivação da gestão democrática da educação. Assinale a alternativa que apresenta uma estratégia definida no PEE para o alcance da meta 19.

- (A) Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar.
- (B) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares e garantir o fortalecimento das escolas como polos de criação e difusão cultural.
- (C) Estimular, em todas as escolas, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais e mestres, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento, e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.
- (D) Fomentar, em regime de colaboração com a União e os Municípios, o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas nas respectivas comunidades, de forma a atender suas especificidades, garantida consulta prévia e informação.
- (E) Estimular, em regime de colaboração, a apropriação dos espaços e equipamentos públicos e privados, articulando ações entre esses e as escolas, de forma a viabilizar a extensão do tempo de permanência do aluno em atividades correlacionadas ao currículo.

05. Maria Zainko (In *Gestão escolar e formação de gestores*, 2000) faz uma análise histórico-filosófica do planejamento como instrumento de gestão educacional. Segundo a autora, a experiência de planejamento participativo incorre, consciente ou inconscientemente, em alguns riscos, ou até mesmo em certos equívocos, sendo, o mais frequente, o de

- (A) pautar-se pela decisão da maioria.
- (B) manipulação da comunidade.
- (C) assunção de um caráter político.
- (D) pretender-se inovador.
- (E) assumir um viés estratégico.

06. A Resolução SEDUC nº 38/2024, que alterou a Resolução SEDUC nº 4/2024, estabelece que:

“O titular de cargo de Diretor de Escola ou Diretor Escolar que for designado junto à Diretoria de Ensino poderá cumprir parte de sua carga horária de trabalho em uma unidade escolar indicada pelo Dirigente Regional de Ensino para fins de _____, podendo ser autorizado o exercício no período noturno”.

(SÃO PAULO – Estado -Secretaria da Educação, Resolução SEDUC nº 38/2024, artigo 1º, inciso III referente ao artigo 5º, § 8º, da Resolução SEDUC- 4/2024. Adaptado)

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna no texto do referido artigo.

- (A) desenvolvimento de ações de ensino e formação relacionadas à avaliação do desempenho
- (B) revisão da avaliação do servidor e obtenção de pontuação para a promoção
- (C) disponibilização de dados no Painel Escola Total da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
- (D) procedimentos previstos no projeto político pedagógico ou no regimento escolar
- (E) cumprimento das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Profissional

07. A Portaria do Coordenador de 14 de março de 2024 (São Paulo) dispõe sobre o Apoio Presencial para os Professores, em sala de aula. Conforme o artigo 4º, inciso I, considera-se como Ciclo de Apoio Presencial a realização

- (A) do acompanhamento de aula.
- (B) do projeto político-pedagógico.
- (C) do plano de ensino.
- (D) das avaliações dos estudantes.
- (E) de metodologias ativas de ensino.

08. Luciano é diretor em uma unidade escolar cuja equipe gestora é composta por 4 pessoas. Nesse caso, de acordo com o artigo 6º da Portaria do Coordenador de 14 de março de 2024 (São Paulo), a quantidade mínima de Ciclos de Apoio Presencial a serem realizados na unidade escolar semanalmente será:

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 8.
- (D) 16.
- (E) 12.

09. A professora Ana quer incentivar a criação do grêmio estudantil na escola onde trabalha. Conforme o artigo 3º da Lei nº 15.667/2015 (SÃO PAULO/Estado), a criação do grêmio estudantil dar-se-á mediante

- (A) artigo do Regimento Escolar.
- (B) abaixo-assinado de 80% dos alunos.
- (C) determinação do Projeto Político-Pedagógico.
- (D) Assembleia Geral de Estudantes.
- (E) ato do gestor escolar.

10. Ana Maria é diretora de escola e, recentemente, passou pela avaliação de desempenho de diretores escolares. Não satisfeita com o resultado, ela quer pedir reconsideração. De acordo com o artigo 4º da Resolução SEDUC nº 4/2024 (São Paulo), a reconsideração do resultado da avaliação do desempenho deverá ser requerida pelo diretor e encaminhada para

- (A) o Dirigente Regional de Ensino.
- (B) o Ministério da Educação.
- (C) o Conselho Estadual de Educação.
- (D) a Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos.
- (E) o Conselho Escolar.

11. Leia o excerto a seguir, extraído do artigo 3º da Resolução CNE/CP nº 01/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas.

(Brasil, 2004).

O § 1º do referido artigo atribui a provisão de material bibliográfico e de outros materiais necessários para a educação, tratada no caput do artigo,

- (A) às Associações de Pais e Mestres.
- (B) aos representantes do Movimento Negro.
- (C) aos sistemas de ensino e às entidades mantenedoras.
- (D) às equipes docentes.
- (E) aos pais e/ou responsáveis.

12. Segundo o documento *Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania* (Brasil, 2004), é correto afirmar que os Conselhos Escolares
- (A) têm participação facultativa na elaboração do projeto político-pedagógico, mas devem seguir suas diretrizes.
 - (B) têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola.
 - (C) são órgãos colegiados compostos, majoritariamente, por especialistas de cada área do currículo escolar.
 - (D) são instâncias de caráter essencialmente consultivo e, portanto, isentas de deliberações referentes à gestão escolar.
 - (E) têm o papel de definir e elaborar o projeto político pedagógico das instituições de ensino.
13. O documento *Currículo Paulista: etapa ensino médio* (São Paulo, 2020) elenca princípios específicos a serem assegurados no ensino médio, entre os quais estão a formação integral do estudante, o respeito aos direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. A fim de garantir esses princípios no currículo, o documento afirma ser necessário que os processos de ensino e aprendizagem tenham como foco o desenvolvimento de ações que visem superar a
- (A) associação com o mundo do trabalho.
 - (B) demanda por flexibilização curricular.
 - (C) formação propedêutica e a aprendizagem para a vida toda.
 - (D) fragmentação disciplinar do conhecimento.
 - (E) ênfase nas tecnologias digitais.
14. Rodrigo assumiu o cargo de diretor em uma escola de ensino médio. Ele planeja incentivar o estudante a participar mais do cotidiano, da melhoria da escola e dos seus processos de ensino e aprendizagem, permitindo que o protagonismo crie vida no espaço escolar. O planejamento de Rodrigo fundamenta-se em um entendimento presente no documento *Currículo Paulista: etapa ensino médio* (São Paulo: SEDUC, 2020), segundo o qual adolescentes e jovens aprendem
- (A) pela atenção, devido à ausência de plasticidade no cérebro, que se forma completamente até o início da adolescência.
 - (B) pela contradição, por isso, tornam-se mais fortes quando vivenciam a incompatibilidade entre valores e práticas.
 - (C) pelo protagonismo, de modo que as relações entre adultos e jovens na escola devem ser orientadas pela verticalidade.
 - (D) pela memorização, já que nessa fase seus hormônios e emoções dificultam a aprendizagem com figuras de autoridade.
 - (E) pelo exemplo e conseguem perceber, com alguma clareza, quando discurso e prática entram em contradição.
15. Numa avaliação em larga escala, como é o Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), avalia-se a evolução da qualidade do sistema público de ensino de São Paulo. No âmbito do Saresp, segundo o documento *Matrizes de Referência para avaliação* (2009), a Escala de Proficiência sintetiza
- (A) o domínio dos conteúdos e habilidades alcançados.
 - (B) a natureza das avaliações aplicadas no processo de ensino.
 - (C) a qualidade da formação dos professores.
 - (D) o compromisso social da escola.
 - (E) a função social da escola.
16. Conforme artigo 5º, XLII, da Constituição Federal de 1988, e artigo 6º § Único das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, os casos que caracterizem racismo serão tratados como
- (A) crime de menor potencial ofensivo.
 - (B) crimes imprescritíveis e inafiançáveis.
 - (C) infração penal de nível gravíssimo.
 - (D) infração penal de nível médio.
 - (E) crime afiançável.
17. Leia o excerto a seguir, extraído e adaptado da *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (São Paulo, 2021):
- A Educação Especial possui amparo legal e integra a educação regular. Desse modo, a visão mais aprimorada dessa integração indica o desenvolvimento dos trabalhos com base no aspecto _____ da Educação Especial, integrando a educação regular em todos os seus níveis e modalidades, desde a educação infantil à pós-graduação.
- (A) transversal
 - (B) eletivo
 - (C) discricionário
 - (D) compensatório
 - (E) paralelo

18. Com fundamento na *Política de Educação Especial do Estado de São Paulo* (2021), sobre o DUA, é correto afirmar que
- (A) é um princípio que visa a integração dos alunos com deficiência nas salas de atendimento especializado, de modo global.
 - (B) vem sendo, progressivamente, substituído pelas salas de recurso voltadas ao atendimento educacional especializado.
 - (C) é um princípio insuficiente do ponto de vista da perspectiva inclusiva, por limitar a atenção em deficiências motoras.
 - (D) prevê a personalização dos espaços de aprendizagem, definindo adaptações e projetos específicos para cada deficiência.
 - (E) é uma diretriz que visa a elaboração de estratégias que garantam a acessibilidade como princípio.
19. O desenvolvimento das competências socioemocionais está relacionado ao ato de aprender a ser. Quando o estudante aprende a ser, é possível fazer escolhas entre querer ser, ou não, de uma determinada maneira, em uma dada situação. Conforme o *Currículo Paulista* (São Paulo/SEDUC, 2019), esse querer advém da
- (A) determinação sobre o que o estudante deve se tornar.
 - (B) diversidade exigida.
 - (C) singularidade construída.
 - (D) gestão das subjetividades em sala de aula.
 - (E) conformação de subjetividades.
20. Timóteo é diretor e está incentivando os projetos da escola que têm como meta a alfabetização dos estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental. Ao ler o documento *Currículo Paulista* (São Paulo: SEDUC, 2019), Timóteo compreendeu, corretamente, que o letramento e o multiletramento habilitam os estudantes a
- (A) elaborar saberes, a partir do conhecimento do mundo, independentemente da decodificação de símbolos e sons das letras.
 - (B) produzirem textos que envolvem as linguagens verbal, a não-verbal e a multimodal.
 - (C) aprender a aprender, valorizando a linguagem científica e tecnológica como modos de superação da ortografia clássica.
 - (D) aprender a ser para resolver problemas científicos e sociais com base no senso comum.
 - (E) aprender a fazer e ressignificar tecnologias que dispensem a alfabetização como decodificação de letras e sons.
21. Naura Syria C. Ferreira, in Rangel, M. (org.), 2001, situa o dever da família e do Estado para assegurar o direito de todos à educação e cita princípios constitucionais, ratificados pela LDB, 1996, art. 3º, com base nos quais “o ensino deverá ser ministrado”. A autora analisa a supervisão educacional como “um trabalho de coordenação e ‘controle’ da prática educativa”, à luz desses princípios e das “profundas transformações ocorridas e em curso cada vez mais acelerado”, no contexto produtivo global, exigindo, dos trabalhadores, crescente “domínio de conteúdos e habilidades cognitivas superiores”. Ferreira considera que “o trabalho dos profissionais da educação – em especial da supervisão educacional – é traduzir o novo processo pedagógico em curso na sociedade mundial, a partir dessas transformações, (...), explicitar suas contradições e, com base nas condições concretas dadas, promover as articulações necessárias para construir coletivamente alternativas que ponham a educação a serviço do desenvolvimento de relações verdadeiramente democráticas”. Ferreira afirma e reafirma que os princípios de “liberdade e solidariedade humana são o ponto de partida da educação brasileira e das políticas de formação de profissionais da educação que
- (A) concretizarão a renovação tecnológica das escolas, tirando o Brasil do atraso”.
 - (B) elevarão os resultados das avaliações da educação brasileira no ranking mundial”.
 - (C) permitirão à economia brasileira uma competitividade à altura da criatividade de seu povo”.
 - (D) formarão cidadãos e cidadãs com qualificação para o mundo do trabalho”.
 - (E) garantirão o necessário sucesso no combate à desigualdade”.

- 22.** A educação é inseparável da sociedade, pois é responsável pela transmissão, de uma geração para outra, das formas de pensar, sentir e agir, ou seja, da cultura, resultante das relações dos seres humanos com a natureza e entre si. Desse modo, a cultura vai se acumulando e complexificando, no decurso histórico. Durante muito tempo, a linguagem escrita, a cultura letrada, fez parte apenas da educação de nobres e de religiosos, os quais detinham o poder em cada sociedade. E os trabalhadores, as pessoas comuns, na história do ocidente? Quando uma “educação escolar”, também para elas, passa a fazer parte da sociedade? Reflexões de Guiomar N. de Mello, in Alves (2014), indicam que, pelo movimento dialético da mudança social, isso ocorre
- (A) na sociedade de classes, na qual o capitalismo industrial precisou que o trabalhador acessasse o conhecimento, tendo por base a expropriação de seu trabalho.
 - (B) no contexto da Reforma Protestante, que exigia a leitura da Bíblia e promoveu escolas para a população leiga.
 - (C) na idade média, inicialmente, apenas nas localidades que sediavam universidades, expandindo-se, lentamente, por toda a Europa.
 - (D) no século XVI, na América do Norte, como parte da nova sociedade ali erigida pelos imigrantes europeus.
 - (E) na passagem do século XVII para o XVIII, no bojo da Revolução Francesa, em coerência com seus princípios de liberdade, igualdade, fraternidade.
- 23.** No Brasil republicano, ao longo do século XX, acompanhando a diversificação da economia e a urbanização, a educação escolar foi se tornando parte cada vez mais necessária da sociedade. Na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como na legislação menor e normatização, a educação de qualidade passou a ser considerada direito de todos com a finalidade do desenvolvimento humano integral, da formação cidadã e da inserção no mundo do trabalho. Quanto à efetivação desse direito, M. do Carmo Brant de Carvalho (2007), analisando programas de avaliação da educação básica no país, argumenta que, nas últimas décadas, os dados dessa avaliação
- (A) são insuficientes para que se tenha um diagnóstico realista que dê suporte às intervenções necessárias para a concretização dos direitos proclamados.
 - (B) evoluíram de modo significativo e, graças a investimentos governamentais e expertise das universidades públicas brasileiras, são plenamente confiáveis e aplicáveis.
 - (C) são, no geral, aplicados de forma setorizada e paralela, sendo que a educação é multidimensional e, para melhorar, deve ser articulada e integrada a um projeto de política social mais ampla.
 - (D) não apresentam qualidade técnica, conduzindo, assim, a diagnósticos e intervenções equivocadas, apesar de bem intencionadas.
 - (E) vêm garantindo a efetivação do que dispõe essa legislação para que todos os brasileiros tenham acesso à educação escolar.
- 24.** Com trezentos e tantos anos de passado colonial e escravidão negra, nossa jovem democracia, permeada de períodos de ditadura, enfrenta fortes desafios para se consolidar. Entre eles, o da educação escolar pública, responsável por instrumentalizar educandos oriundos, em sua maioria, das camadas populares, com uma educação emancipatória, para uma cidadania participativa, por direito, como prescreve nossas leis maiores. Reconhecendo que a desigualdade social não é originada pela escola, mas tem fortes relações com ela, autores tais como Carvalho (2007), Libâneo (2018), Linhares, in Silva Jr. (2004), e Mello, in Alves (2014), entendem que cabe
- (A) às famílias das classes populares evitarem a evasão escolar de seus filhos e, à escola, para o sucesso deles, ensinar com equipamentos digitais.
 - (B) ao ensino e à gestão escolar a conscientização das classes populares sobre a dominação histórica que sofrem, formando adultos revolucionários.
 - (C) à supervisão educacional fiscalizar e corrigir o descaço das equipes escolares com os alunos das classes populares e apoiá-las nessa correção.
 - (D) ao trabalho educativo interno da escola promover a apropriação do conhecimento conceitual, com ensino problematizador e dialogal.
 - (E) somente à política econômica governamental e às políticas educacionais combaterem a desigualdade, pois as escolas apenas a reproduzem.
- 25.** Libâneo (2018), no capítulo em que reflete sobre “uma escola para os novos tempos”, considera que, na escola, torna-se possível “a síntese entre a cultura formal (dos conhecimentos sistematizados) e a cultura experienciada”, o que permite aos alunos analisarem a “informação criticamente e darem-lhe significado pessoal e social”. Para o autor, “o valor da aprendizagem escolar, com a ajuda pedagógica do professor, está justamente na sua capacidade de introduzir os alunos nos significados da cultura e da ciência por meio de
- (A) recursos midiáticos que prendem a atenção dos alunos”.
 - (B) demonstração de sua aplicação no cotidiano”.
 - (C) explicações claras e exercícios de fixação”.
 - (D) mediações cognitivas e interacionais”.
 - (E) material didático rico e atualizado”.

26. Diferentes visões de homem e de mundo implicam diferentes concepções de qualidade para a educação e, conseqüentemente, para a supervisão educacional. Naura Syria C. Ferreira, in Ferreira (org.), 2010, após analisar a trajetória de compromissos da supervisão educacional no domínio das políticas públicas e da administração da educação, propõe que, num contexto mundial de “transição paradigmática”, o compromisso da supervisão educacional seja com a “qualidade

- (A) de uma administração escolar coletiva, gerida apenas por professores”.
- (B) das relações humanas, respeitadas e competitivas, dentro e fora da escola”.
- (C) da formação de cidadãos e cidadãs, preparados para a era tecnológica”.
- (D) da formação profissional dos educadores, com base na pesquisa científica”.
- (E) do processo de humanização do homem através da educação”.

27. Linhares, in Silva Jr. (2004), pondera que “o desastre educacional produzido dentro da escola, que todos sabemos estar interligado aos processos crescentes de _____, vem sendo pouco referido à sua dimensão simbólica, à construção histórica de valores e significados comuns sem os quais não é possível elaborar um projeto pedagógico. A autora lembra-nos que, “com o pulso escravocrata, o Brasil reservou a aprendizagem letrada para a classe dirigente, tanto que, até na década de 1920, apenas 25% da população brasileira sabia ler e escrever”. Mas, como reflete Linhares a respeito da escola pública, “agora, os que estão dentro dela têm cultura e interesses diferentes daqueles primeiros”, Linhares adverte que tal demanda “não pode ser enfrentada só com os que estão dentro da escola – professores e alunos, supervisores, orientadores, administradores e seus auxiliares –, mas que, sem eles, também não será resolvida. A eles cabe traduzir em _____ escolares os projetos populares que vão sendo gestados pelos _____”.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do texto, conforme Linhares.

- (A) exclusão social ... saberes e fazeres ... sujeitos históricos
- (B) globalização ... currículos ... governos eleitos
- (C) miscigenação étnica ... procedimentos ... líderes políticos
- (D) privatização ... conteúdos ... secretários de educação
- (E) violência urbana ... normas e práticas ... líderes pacifistas

28. A Constituição Federal de 1988 e a LDBEN/1996 estabelecem o direito de todos à educação e atribuem o dever de garanti-la ao Estado, à família e à sociedade. O poder estatal no nível federal, estadual ou municipal, gerenciado pelos governos eleitos pelo povo, organizam sistemas de ensino a fim de buscar dar conta dessa importante tarefa da democracia. E a incumbência das famílias? Libâneo (2018) discute “a participação dos pais na vida da escola” e argumenta que “a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla”. O autor considera que, “em função da qualidade cognitiva, operativa, social e ética do processo de ensino e aprendizagem”,

- (A) a contribuição dos pais é “subsidiária à ação da escola e deve reduzir-se ao acompanhamento do desempenho escolar de seus filhos”.
- (B) pais e professores precisam “esclarecer eventuais problemas e encontrar, na prática, formas de ajuda recíproca, para melhorar o trabalho da escola”.
- (C) cabe “aos governantes determinarem procedimentos de integração entre escola e famílias”.
- (D) é papel dos pesquisadores em educação “encontrar e divulgar formas exitosas da participação das famílias na escola”.
- (E) gestores de cada unidade escolar é que são responsáveis pela “busca dos pais mais instruídos”, de modo que sua “participação nos órgãos escolares seja proveitosa”.

29. A perspectiva democrática de educação para todos, como direito, ganha sentido e importância em um contexto sociopolítico no qual a cultura letrada, o conhecimento sistematizado, é condição para participar, como sujeito, nos diferentes âmbitos dessa sociedade. Lourdes de F. P. Possani, in Possani; Almeida; Salmaso (org.), 2012, analisa dados de pesquisa na educação Básica que englobam também a modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos. A autora relaciona a política educacional fixada em documentos legais, com sua real implantação prática, dando alertas para a atuação dos supervisores junto aos gestores escolares. Possani relaciona dados do ensino regular e da EJA, podendo, então, observar que esta

- (A) deve ser extinta, porque cria um alibi para adolescentes deixarem o ensino regular sem motivo relevante, contando que poderão concluí-lo depois, em menor tempo.
- (B) é indispensável para garantir o direito à educação e a oportunidade de inclusão social em um contexto de forte desigualdade como o brasileiro.
- (C) teve sua demanda esgotada porque todas as crianças foram sendo atendidas na idade certa, no ensino regular.
- (D) mantém sua necessidade apenas para aqueles indivíduos que se evadiram na etapa final do ensino regular e buscam a EJA para concluí-lo.
- (E) não deve ter financiamento público antes que toda a demanda do ensino regular tenha sido atendida; já a rede privada, se tiver interesse, poderá oferecê-la.

30. Sandra Santos e Luzia Araújo, in Rangel e Freire (2011), dão testemunho de um trabalho educativo de qualidade para todos, no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), numa perspectiva crítica e criativa, de modo construtivo, participativo e democrático. Como relatam as autoras: “Sob a luz da educação inclusiva direcionada especificamente para pessoas com necessidades educativas especiais, a proposta educacional da instituição promove o ‘Espaço de Inclusão’, voltado para a inserção social da escola na comunidade e da comunidade na escola”. O espaço “promove formação profissional continuada e cursos de curta duração sobre as características das necessidades especiais e sugestões metodológicas para atendê-las”, com uma significativa formação teórico-prática, “de forma que
- (A) os professores não se sintam ‘perdidos’ tendo alunos com deficiências, na classe comum para a qual lecionam”.
- (B) os professores das classes comuns possam fazer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) no decorrer das aulas”.
- (C) os docentes saibam o que fazer com cada deficiência e o porquê fazê-lo desse ou daquele modo”.
- (D) ocorra a real inclusão dos alunos com necessidades especiais na classe comum pela adaptação das atividades, conforme suas deficiências”.
- (E) se efetive a inclusão de todas as pessoas com necessidades especiais em diversos setores da sociedade”.
31. O supervisor de ensino, no Estado de São Paulo, tem o desafio de assessorar a direção de escola para que exerça, também, a supervisão/coordenação pedagógica da unidade, na falta do profissional especificamente destinado a ela. Respondendo a esse desafio, alguns supervisores promoveram, com os diretores de escola, leitura e discussão de textos sobre a qualidade da educação escolar pública, dentre eles, a do capítulo 4 da obra *Ensaio Pedagógico: como construir uma escola para todos?* de Lino de Macedo (2005). Desse texto, os participantes destacaram o conceito de inclusão social, reportado ao de exclusão social, o que lhes permitiu compreender que uma educação inclusiva é aquela que
- (A) desenvolve, nos educandos: autoestima elevada, perseverança e competitividade para conquistarem a inclusão e/ou evitarem a exclusão.
- (B) inclui, em seu currículo, a cultura da comunidade, valorizando-a e combatendo a exclusão, a qual se dá por discriminação e preconceito em relação a falas e costumes.
- (C) prepara os alunos, no presente, para a sociedade tecnológica do futuro, na qual só há lugar para indivíduos devidamente habilitados.
- (D) possibilita, a todos, a qualidade do trabalho pedagógico, o acesso ao conhecimento conceitual, sistematizado, principal recurso para a inclusão social.
- (E) acolhe, com respeito e solidariedade, as pessoas portadoras de necessidades especiais, de qualquer tipo que elas forem.
32. Para cumprir seu dever de garantir, a todos, o direito à educação, o Estado necessita organizar sistemas e redes de ensino, as quais dependem da ação de supervisores para implementar dispositivos constitucionais e a observância de princípios responsáveis pela identidade da nação brasileira. Não é qualquer ação supervisora que cumpre tais finalidades em um contexto sócio-político-democrático. Cardoso, in Alves (2014), discorre sobre os atributos desejáveis para esses supervisores. Dentre esses atributos,
- (A) a “autoridade para fazer-se ouvir”, pois suas determinações “devem ser cumpridas tal e qual”, garantindo homogeneidade do currículo”.
- (B) a “autenticidade”, não admitindo “prepotência de diretores de escola e de outros subordinados, ante suas opiniões e exigências”.
- (C) o cuidado com “o aperfeiçoamento profissional de todos os envolvidos no sistema educacional; sem descuidar da fiscalização, quando necessária”.
- (D) a “rigoriedade”, ao cuidar do “exato cumprimento da legislação no processo educativo escolar”, sem “inovações e criatividade dispersivas”.
- (E) o “desejo de agradar e ser reconhecido pelo outro”, antes e acima de qualquer coisa, para facilitar seu “difícil trabalho”.
33. No decurso de uma reunião mensal na EEPG Professora Amália Silva de Moraes, foi realizada a leitura e debate do Capítulo 5 da obra *Educação e construção do conhecimento*, de Fernando Becker (2012), intitulado *Piaget e Freire em relação*. Nele, Becker afirma que um dos postulados apresentados por propostas pedagógicas críticas ou construtivistas é o de que, em qualquer programa de ensino, deve-se partir
- (A) do conteúdo previamente planejado.
- (B) da transmissão direta de conhecimento pelo professor.
- (C) de um texto referente ao tema a ser trabalhado.
- (D) de uma dinâmica interessante e envolvente para o aluno.
- (E) do aluno, do que o aluno sabe.
34. Em uma reunião mensal na EE Abraão Rezende, foi realizada leitura e debate do texto de Newton Cesar Balzan, in ALVES (coord.), 2014, referente a propostas de atividades didáticas: aprendizagem ativa – problematização de situações da realidade vivida. Nesse texto, o autor comenta que há necessidade de se substituir a situação conhecida como *aula* por sessão de estudo. Segundo ele, isso implica “que professores e alunos tenham problemas a resolver, recorrendo para tanto, aos conteúdos das várias disciplinas”. E complementa: “Problemas reais, que
- (A) desafiem a inteligência”.
- (B) atraiam os alunos”.
- (C) sejam de fácil compreensão”.
- (D) sejam concretos”.
- (E) tornem a aprendizagem mais duradoura”.

35. Em uma das diretorias de ensino da Grande São Paulo, houve um encontro com diretores das escolas públicas do setor de supervisão para preparar reunião pedagógica mensal tendo por tema o “trabalho didático pedagógico que promove a inclusão de todos”. Essa escolha levou em conta o fato de a inclusão ser um conceito fundamental quando se trata de educação, pois é direito de todos ter acesso a uma educação de qualidade. Como suporte teórico, para esclarecer esse tema, escolheram a obra de Macedo (2018), segundo o qual “Define-se a inclusão pela lógica da relação” sendo relação “uma forma de
- (A) vínculo ou enlace entre pessoas, entidades ou coisas”.
- (B) interagir, de organizar o conhecimento ou de pensar o que quer que seja na perspectiva de outro”.
- (C) conexão entre uma coisa e outra; uma correlação ou associação”.
- (D) ajudar na construção da autoestima, conexão emocional, empatia e criatividade, na perspectiva de proporcionar benefício ao outro”.
- (E) interação, vínculo ou comunhão, entre dois ou mais seres humanos, tendo por base o amor ao próximo”.
36. Uma das diretorias de ensino do interior paulista promoveu um encontro de diretores das escolas públicas do setor de supervisão a fim de debaterem o tema: “a disciplina e a dinâmica em sala de aula de um projeto pedagógico curricular que forma sujeitos”. Essa iniciativa teve por motivação a dificuldade que as escolas estavam encontrando relativamente à disciplina dos alunos. O texto escolhido como apoio teórico foi o de Macedo (2018, cap. 10). Um trecho desse texto que chamou a atenção dos participantes é aquele em que Macedo afirma que “em uma escola que se quer para todas as crianças, a disciplina é fundamental, mas não como pré-requisito para ela entrar ou permanecer na escola. É uma condição para a criança
- (A) desenvolver valores como responsabilidade, respeito, integridade e perseverança, que são importantíssimos para o sucesso que, no futuro, usufruirá no mundo do trabalho”.
- (B) desfrutar de um bom ambiente de aprendizagem, que lhe permite absorver o conhecimento de forma não sofrida”.
- (C) realizar um percurso escolar, aproveitando ao máximo suas possibilidades e as de seu professor”.
- (D) apresentar melhor desempenho, pois conseguirá se concentrar, organizar seus estudos e cumprir, de forma prazerosa, tarefas mais exigentes”.
- (E) estudar em um ambiente seguro, organizado e, sobretudo, propício ao aprendizado”.
37. Supervisores de ensino de escolas de uma região da periferia da cidade, preparando-se para assessorar os diretores das escolas quanto à melhoria do efeito-escola na aprendizagem dos estudantes, escolheram como referência para tal trabalho o texto *Avaliação em educação: o que a escola pode fazer para melhorar seus resultados?*, de Carvalho de et al. (2007). De acordo com o referido texto, “Comunidades e famílias pouco letradas, com baixa renda e acesso precário a bens e serviços, acabam por interferir nos resultados de aprendizagem de crianças e adolescentes. No entanto, é possível potencializar o efeito-escola quando a instituição
- (A) é capaz de se unir à família e à comunidade.”
- (B) forma as turmas por nível de desenvoltura.”
- (C) favorece o respeito entre toda comunidade escolar.”
- (D) identifica as reais necessidades dos alunos e as atende.”
- (E) incentiva as famílias a darem aportes afetivos a seus filhos.”
38. Supervisores de uma diretoria de ensino organizaram um ciclo de estudos com os diretores de escola, tendo como tema a “avaliação na educação escolar”. Para operacionalizar os trabalhos, os diretores foram divididos em duplas. Com o apoio de um supervisor, cada dupla leu e debateu o que consta no capítulo 10 da obra de Ferreira (2010), intitulado *Supervisão, currículo e avaliação*, de autoria de C. A. da Silva Júnior. A seguir, as duplas fizeram, cada qual, uma breve exposição das ideias de Silva Júnior sobre avaliação de aprendizagem e ensino, e sobre avaliação do ensino e aprendizagem. Para finalizar o ciclo de estudos, o grupo, como um todo, buscou, no próprio pensamento de Silva Júnior, a desejada síntese:
- (A) “o supervisor escolar é o profissional responsável pela supervisão de atividades pedagógicas, visando garantir a qualidade do processo educacional; isso envolve especificamente a avaliação escolar”.
- (B) “supervisão, currículo e avaliação constituem uma tríade conceitual que a história do sistema escolar brasileiro tem obrigado a frequentes revisões de significado.”
- (C) “a supervisão tem um papel importante na construção do conhecimento, sendo vista como facilitadora do processo de ensino e aprendizagem, atentando, particularmente, para o processo de avaliação escolar”.
- (D) “a supervisão escolar pode avaliar currículos, acompanhar o trabalho dos professores, propor melhorias e até mesmo fiscalizar, mas seu foco principal é a avaliação escolar”.
- (E) “o supervisor é o profissional que acompanha as atividades escolares e garante que o plano pedagógico atenda às necessidades dos alunos, mas, principalmente, que estes sejam bem avaliados”.

39. A supervisora Adelaide organizou, com os diretores de escolas públicas de seu setor de supervisão, encontros de estudos sobre construção de conhecimento, aprendizagem ativa e motivação, selecionando textos para leitura e debate em reuniões pedagógicas com os professores. Dentre os textos pesquisados, Adelaide elegeu o de Célia Frazão Linhares, in Silva Jr. e Mary Rangel (Orgs, 2004). Um dos motivos dessa escolha pode ser sintetizado no parágrafo no qual Linhares afirma: “Na própria ação do sujeito, Montaigne, como Rabelais, vincula a alegria de conhecer. Mas recusa com maior veemência o ideal enciclopédico, de ‘cabeça bem cheia’, enfatizando a ‘cabeça bem feita’. Para isto ele acreditava ser essencial livrar-se das ideias já prontas e das lições fechadas, pela provocação da curiosidade do aluno, aproveitando
- (A) as sugestões trazidas pelos alunos”.
 - (B) os conteúdos mais recentes e intrigantes que circulam nos noticiários”.
 - (C) os conhecimentos prévios dos alunos em geral”.
 - (D) a matéria simples, que a própria vida e a experiência nos vão fornecendo”.
 - (E) o diálogo e a interação entre os alunos da turma”.
40. Ante a dificuldade das equipes escolares de seu setor de supervisão para articular os conteúdos culturais do cotidiano dos alunos com os conteúdos dos diversos componentes curriculares, o supervisor José Carlos promoveu a leitura do texto de Libâneo (2012), tendo como objetivo debater o “lugar” do currículo na educação escolar, no trabalho educativo da escola. A parte do texto que mais chamou a atenção dos participantes foi a seguinte: “O projeto pedagógico-curricular é uma declaração de intenções do grupo de professores da escola, mas ele precisa ser bem gerido e executado. Está claro que não se trata de fazer cumprir decisões a ferro e fogo, mas são necessários, junto a um sistema participativo, instrumentos de gestão, execução e avaliação. Entretanto, um aspecto sumamente relevante é a elaboração do projeto levando em conta
- (A) os interesses políticos da comunidade, fundamentais em relação ao que deve ser ensinado”.
 - (B) os valores da comunidade, quando possível”.
 - (C) a cultura da escola ou cultura organizacional”.
 - (D) as sugestões dos sistemas de ensino”.
 - (E) as relações de poder que definem o que é válido ou não ensinar”.
41. Com a chegada de alguns diretores novos às escolas, devido ao processo de remoção, supervisores de uma Diretoria de Ensino aproveitaram o momento para acolhê-los realizando uma sessão de estudos. Como estavam na época de retomarem e reconstruírem o projeto educacional, a proposta curricular e os planos de ensino, os supervisores decidiram por efetuar reflexões apoiadas teoricamente na obra de Gandin (2011). Iniciaram o encontro debatendo as diferenças entre planejamento e plano. Verificaram que, para Gandin, entre outras diferenças, o plano tem duração bem fixada, enquanto o planejamento tem duração indefinida. Verificaram, também, que Gandin apresenta diversas definições de “planejar”, dentre as quais a de que “Planejar é realizar um conjunto orgânico de ações, proposto para
- (A) preservar o ‘status quo’”.
 - (B) identificar e prever o que é necessário”.
 - (C) executar algo de forma antecipada”.
 - (D) gerar feedback e controlar”.
 - (E) aproximar uma realidade a um ideal”.
42. Tendo por objetivo a retomada do processo de planejamento da ação educativa das escolas, os supervisores de uma diretoria de ensino da capital promoveram seções de estudos com os diretores de escola. Nesse processo, decidiram explorar os conceitos presentes no Marco Referencial, conforme os expõe Gandin (2011). No decorrer dos trabalhos, verificaram que dentre os desdobramentos desse Marco encontra-se o Doutrinal, por meio do qual o grupo expressa seus ideais. Conforme Gandin, o que importa, realmente, no Marco Doutrinal consiste em
- (A) dizer o que significa cada coisa para o grupo, dizer até quando, onde, como e para que cada característica ou situação deve ser realizada.
 - (B) apresentar as políticas institucionais elaboradas a partir dos diagnósticos realizados.
 - (C) explicitar genericamente quais elementos devem existir, por exemplo: espírito crítico, participação etc.
 - (D) ser algo inteiramente alcançável, conciliando estratégia de mercado e gestão democrática.
 - (E) incluir uma missão entre as suas diretrizes.

43. Em uma das diretorias de ensino da Grande São Paulo, como introdução ao planejamento escolar anual, os supervisores de ensino orientaram uma atividade reflexiva junto ao conjunto dos educadores de cada escola. Essa atividade teve, como foco, o respeito do perfil de cidadania, dos princípios orientadores do projeto educacional (ou político-pedagógico) que orienta seu trabalho educativo e, como desafio, analisar sua coerência, ou não, com os princípios da Constituição Federal de 1988, artigo 3º, e os da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, artigos 2º, 14, e 32, numa perspectiva democrática e humanizadora. Foi indicado, como texto de referência, Ferreira, in Ferreira (2010), na parte em que ela discute a busca de equilíbrio entre o desenvolvimento do conhecimento-emancipação e do conhecimento-regulação. A leitura, o debate e a reflexão permitiram reconhecer coerência entre os projetos educacionais, a Constituição de 88 e a LDBEN de 96, sobretudo no tocante aos princípios da
- (A) segurança e da solidariedade.
- (B) saúde, da alimentação e da educação.
- (C) vida, da participação e da igualdade.
- (D) participação e da solidariedade.
- (E) segurança, da igualdade e da participação.
44. Na retomada reflexiva e reconstrutiva do projeto educacional ou pedagógico, da proposta curricular e dos planos de ensino, em vigor nas escolas, os supervisores de uma diretoria de ensino do interior paulista apoiaram a equipe gestora das escolas em seu preparo para conduzir o conjunto dos educadores na análise desses instrumentos da prática educativa, a começar pelo projeto pedagógico, pois, como afirma Silva Júnior in Ferreira (2010), por ser, esse projeto, “unificador do esforço de todos os trabalhadores do ensino não pode ser reduzido à ideia de plano diretor e, muito menos, à ideia de plano ‘do diretor’”. Pensar o projeto pedagógico é pensar o futuro da escola, delinear o horizonte para o qual ela encaminhará sua trajetória, é pensar ‘o que a escola quer ser quando crescer’. Um plano diretor, fruto da reflexão coletiva, e todos os demais que se fizerem necessários
- (A) podem ter sua elaboração delegada a indivíduos ou grupos específicos que trabalham na escola”.
- (B) atenderão a demandas próprias de momentos ou de setores, sem que seja necessário mobilizar o conjunto das pessoas”.
- (C) constituirão etapas de trabalho no rumo dessa caminhada até o horizonte pretendido”.
- (D) têm uma importância menor e deverão, estes sim, serem providenciados, apenas, pelo dirigente da escola”.
- (E) podem ser encomendados, em cada caso, a especialistas externos, devidamente capacitados para realizá-los”.
45. Na retomada e reconstrução da proposta curricular e dos planos de ensino dos diferentes anos e componentes curriculares, escolas estaduais de uma Diretoria de Ensino da capital solicitaram apoio dos supervisores de ensino, na busca de maior entendimento das relações entre o currículo e a avaliação. Foram organizadas sessões de estudos com apoio em alguns autores, dentre eles, Silva Júnior, in Ferreira (2010), o qual analisa as relações entre currículo, avaliação e supervisão escolar ou pedagógica, exercida pela direção e ou pela coordenação pedagógica da escola. O autor argumenta que “parece não haver dúvidas entre os especialistas em currículo sobre a precedência deste em relação as decisões sobre critérios e procedimentos de avaliação”. A esse respeito, Silva Júnior analisa que, com o advento do Sistema da Educação Básica, SAEB, e do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo, SARESP,
- (A) os professores e a supervisão foram liberados, totalmente, no âmbito da unidade escolar, da responsabilidade em relação ao currículo e à avaliação”.
- (B) houve um “avanço no rendimento escolar dos estudantes”, pois “a avaliação centralizada oficializou um currículo mais rico”.
- (C) sobreveio um alívio no trabalho e nas preocupações da direção e da supervisão escolar em relação à “seleção dos conteúdos curriculares”.
- (D) a avaliação torna-se “determinante do currículo” e seu poder “instala-se no horizonte de preocupações de toda comunidade escolar”.
- (E) observou-se um “incentivo à criatividade dos professores”, no afã de preparar seus alunos “para obterem melhores notas nas provas unificadas”.
46. No capítulo 8 da obra *Ensaio Pedagógicos – como construir uma escola para todos?*, Macedo (2005), a partir de um objetivo didático, analisa as diferentes funções da avaliação escolar hoje. Ele comenta que, na prática, todas as formas de avaliação, “apesar de sua irreduzibilidade, realizam-se ao mesmo tempo de um modo complementar e indissociável, como faces de um mesmo cristal.” E continua argumentando que “Esta nova visão de avaliação é crucial quando pensamos, como é o meu caso, o conhecimento como construção”. Mais adiante, Macedo afirma que “a função da avaliação é nos ajudar a enfrentar os conflitos, as dúvidas, as ambivalências, as dificuldades em nos organizarmos do ponto de vista de tempo, de espaço, de objetos, tarefas ou reações com pessoas, sempre na perspectiva daquilo que
- (A) esperamos que os alunos assimilem”.
- (B) queremos construir”.
- (C) sonhamos”.
- (D) ambicionamos que os alunos memorizem”.
- (E) almejamos como sendo o melhor para nossos alunos”.

47. Em uma reunião entre os antigos e os novos supervisores de uma diretoria de ensino, o dirigente propôs um estudo do artigo de Heloísa Cardoso, *Supervisão: um exercício de democracia ou de autoritarismo?* (In Alves, 2014). Nesse trabalho, a autora faz um resgate histórico da supervisão educacional e suas três vertentes e, também, sua atitude em face da divisão do trabalho escolar. Os participantes compreenderam que para a autora, é relevante a contribuição da estratégia democrática, “para
- (A) uma ação e práxis supervisoras libertadoras”.
 - (B) a manutenção de técnicas didáticas”.
 - (C) a efetivação da administração *laissez-faire*”.
 - (D) uma execução de controle dogmático, para padronizar as rotinas escolares”.
 - (E) a priorização da eficiência e da produtividade, impostas pelo contexto político”.
48. Em uma reunião semanal o dirigente realizou um debate entre os supervisores de ensino sobre a gestão de pessoas, sendo que esse debate foi fundamentado na obra de Chiavenatto (2009), a qual permitiu, ao grupo, a conclusão de que nas organizações, assim como nas escolas, as pessoas constituem seu mais importante ativo. Segundo o autor: “O contexto da gestão de pessoas é representado
- (A) pela criteriosa sistemática de avaliação das pessoas, adotada pelas organizações”.
 - (B) pelos resultados obtidos pelas pessoas nas organizações”.
 - (C) pela íntima interdependência das organizações e das pessoas”.
 - (D) pelos interesses da sociedade, subordinados aos das pessoas, nas organizações”.
 - (E) pela satisfação e pela auto-realização das pessoas”.
49. Em um encontro com o diretor regional, supervisores e diretores realizaram um debate sobre: “o que a gestão das escolas e a ação dos supervisores têm a ver com a apresentação de resultados pelas escolas?” Os participantes consideraram que, atualmente, há diversos tipos de avaliação educacional que permitem subsidiar a qualidade da aprendizagem e, também, gerar medidas que propiciem verificar a efetividade dos sistemas de ensino, os seus resultados, em relação a suas finalidades e objetivos. Em razão disso, a equipe escolar e, em especial, a gestão das escolas e a ação dos supervisores têm a ver com a apresentação de resultados pelas escolas. Em conformidade com o explicitado por Silva Júnior, in Silva Junior (2004): “supervisionar uma escola é orientar sua administração para a
- (A) efetivação do princípio constitucional de priorizar a educação para as camadas populares”.
 - (B) promoção do ensino de qualidade, principalmente no Ensino Médio”.
 - (C) execução de um projeto pedagógico destinado à aprendizagem colaborativa”.
 - (D) realização do ensino, seu objetivo precípua”.
 - (E) inclusão escolar no Ensino Fundamental, sem distinção de suas habilidades”.
50. Os diretores das escolas de um município paulista se reuniram com os supervisores de ensino para estudarem modelos de gestão/administração e relacioná-los com o âmbito escolar, ponderando, assim, quais são mais coerentes com a gestão escolar. Um dos autores de referência utilizado foi Chiavenatto (2009), pois destaca a importância da gestão de pessoas, porque seus conhecimentos, habilidades e competências passam a ser a principal base da nova organização. No âmbito da educação escolar, outro autor abordado foi Libâneo (2018); para ele, a organização e a gestão visam: “promover as condições e meios e todos os recursos necessários ao ótimo funcionamento da escola e do trabalho em sala de aula; promover o envolvimento das pessoas e garantir a aprendizagem de todos os alunos”. Para Chiavenatto e Libâneo, na atualidade, é relevante a
- (A) cultura acadêmica dos envolvidos na organização.
 - (B) manutenção da estrutura organizacional do tipo matricial.
 - (C) intensificação e aceleração das mudanças ambientais.
 - (D) valorização da cultura organizacional pautada em tradição e experiência.
 - (E) participação das pessoas na organização.
51. O supervisor de ensino organizou um debate com os diretores das escolas sob sua responsabilidade, cujo tema era a gestão democrática da escola pública. Esse debate foi pautado na obra *Organização e gestão da escola: teoria e prática*, de José Carlos Libâneo (2018). Para o referido autor, “um modelo de gestão democrático-participativa tem na autonomia um de seus mais importantes princípios, implicando a livre escolha de objetivos e processos de trabalho e
- (A) a avaliação do trabalho dos professores pelos pais de alunos”.
 - (B) a reciclagem dos gestores a cada cinco anos”.
 - (C) a construção conjunta do ambiente de trabalho”.
 - (D) a eleição dos diretores de escola pela comunidade”.
 - (E) a liderança do diretor para o sucesso da escola”.

52. Uma das preocupações de professores e diretores escolares é o envolvimento das famílias e da comunidade no desenvolvimento do trabalho educativo nas escolas. Os supervisores de uma diretoria de ensino, visando a auxiliar as equipes escolares a esse respeito, organizou, com elas, seminário sobre essa temática, com apoio na obra de Libâneo (2018). Nesse evento, houve destaque para diversas contribuições desse autor sobre o assunto, com base em sua reflexão de que: a “exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola corresponde a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, _____, interculturalismo”.
- Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna do texto.
- (A) integração
(B) corresponsabilidade
(C) socialização
(D) reciprocidade
(E) receptividade
53. Atualmente há uma multiplicidade de demandas a serem atendidas pelo supervisor de ensino, por isso, é relevante que ele aprenda a fazer uma boa gestão do tempo. Essa temática faz parte da obra da Harvard Business Review (2022). Para os autores “você pode aprender a organizar suas tarefas por ordem de prioridade, fazer planos, ser mais eficiente e alinhar seus cronogramas a seus objetivos. A gestão do tempo não é uma habilidade inata; você pode aprendê-la e aprimorá-la com
- (A) a prática. Basta ter disciplina”.
(B) o interesse. Necessita haver boa vontade”.
(C) o tempo. Recomenda-se aplicação nos estudos”.
(D) a disciplina. Faz-se necessário experimentar”.
(E) o estudo. Precisa ter interesse”.
54. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo organizou um seminário para os supervisores de ensino com a finalidade de propiciar uma melhor compreensão sobre o contexto da escola, e de seu trabalho educativo, que envolve relações com os diversos órgãos e setores do sistema de ensino ao qual pertencem. Uma das autoras destacadas nesse evento foi Lilian Zieger, in Rangel (2013), em que aborda “os saberes e fazeres da supervisão educacional: perspectivas teórico-práticas.” A referida autora ressalta que a ação supervisora exerce importante intermediação nos processos de implantação de mudanças relativas a normas e políticas nacionais, estaduais e municipais, cuja complexidade “requer uma visão sistêmica de seu alcance e suas condições de viabilidade e interesse. Por isso, os profissionais da educação necessitam de uma atitude constante de estudo, pesquisa e visão crítico-social, a fim de ampliar o olhar sobre a escola e as inter-relações de
- (A) ciência, tecnologia e globalização”.
(B) escolarização, pesquisa e coletividade”.
(C) educação, ciência e tecnologia”.
(D) ensino, conhecimento e sociedade”.
(E) aprendizagem, pesquisa e comunidade”.
55. Os supervisores de uma Diretoria de Ensino da capital paulista realizaram uma sessão de estudos para refletirem sobre o apoio adequado aos educadores que exercem as funções de direção, vice-direção e coordenação pedagógica, no sentido de desenvolverem um trabalho em equipe, uma gestão participativa. Essa reflexão fundamentou-se na obra de José Carlos Libâneo (2018), que apresenta os múltiplos aspectos da organização e gestão da escola. Em relação aos propósitos dos supervisores, o autor destaca que, “o trabalho em equipe apenas ganha sentido
- (A) quando todos os membros têm o mesmo nível de escolaridade”.
(B) dentro de um conjunto articulado e consistente de práticas escolares”.
(C) se todos as pessoas contribuírem, igualmente, para o desenvolvimento do trabalho”.
(D) quando a liderança é atributo exclusivo do diretor”.
(E) se os participantes trabalharem num mesmo período escolar”.
56. Ao abordar a função do supervisor Zieger (in Rangel, 2013), cita seu outro trabalho (Zieger, 2003), no qual ressalta que “coordenar grupos humanos é tarefa desafiadora, que exige competência técnica e sensibilidade”. Ela enfatiza, ainda, “que existe uma busca por gestores/supervisores educacionais dinâmicos, com ‘domínio de planejamento
- (A) tático e expertise em feedback””.
(B) operacional e de avaliação de resultados””.
(C) financeiro e aplicações de curto prazo””.
(D) preventivo e habilidade em treinamento””.
(E) estratégico e capacidade de liderança””.
57. A formação continuada da equipe escolar é objeto de reflexão de estudiosos da educação e, mais especificamente, da área da supervisão escolar, dentre os quais, Isabel Alarcão. Essa autora, (in Rangel, 2005), destaca o processo formativo, cuja prática e reflexão precisam ser acompanhadas por formadores experientes, que detenham simultaneamente as competências de treinadores, companheiros e conselheiros. A ideia de Alarcão é combinar “ação e reflexão sobre a ação, ou seja, reflexão dialogante sobre o observado e o vivido, segundo uma metodologia
- (A) da aprendizagem fundamentada na resolução de problemas reais ou hipotéticos”.
(B) de jogos, que proporciona uma aprendizagem significativa, motivadora e divertida”.
(C) do aprender a fazer fazendo, que conduz à construção ativa do conhecimento na ação”.
(D) de estudo de caso, na qual há análise e discussão de casos reais, aplicando conhecimentos e habilidades”.
(E) de projetos, que permite a utilização de diferentes recursos e ferramentas para obtenção de uma aprendizagem significativa”.

58. Em uma reunião com os supervisores de uma diretoria de ensino do interior paulista, a dirigente Sandra aborda a importância da formação continuada, fundamentada nas ideias de Alarcão, (in Rangel, 2005), a qual destaca a relevância dessa formação ocorrer na escola, “muito ligada às situações concretas que nesta se desenvolvem. A escola assume-se, assim, como centro de formação de seus próprios profissionais, o que não implica a inexistência da relação instituição de formação/escola, mas obriga que essa relação esteja sendo

- (A) incrementada”.
- (B) minimizada”.
- (C) priorizada”.
- (D) redescoberta”.
- (E) repensada”.

59. Um dos focos de atenção na atuação da supervisão de ensino deve ser a equipe escolar, visando auxiliar os diretores de escola, os coordenadores pedagógicos e os professores a pensarem estratégias que possibilitem a construção, pela escola, de uma “cultura organizacional colaborativa”. Para Libâneo (2018), tal cultura “será síntese dos elementos que asseguram a relação entre a organização escolar e o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores: o projeto pedagógico-curricular, a gestão, a organização e a articulação do currículo e a

- (A) formação continuada”.
- (B) extensão curricular”.
- (C) inovação tecnológica”.
- (D) formação inicial”.
- (E) pós-graduação”.

60. Zieger, (in Rangel, 2013), em seu artigo: *os saberes e fazeres da supervisão educacional: perspectivas teórico-práticas*, analisa contribuições de diversos outros autores sobre esse tema: Silva Jr. (1984), Rangel (1990), Ferreira (1997), Alonso (2008), Alarcão (2007) entre outros. Nesse seu texto, Zieger observa que “Rangel oferece uma visão ampla dos fazeres da supervisão, sem se descuidar dos eixos básicos de sua ação no cotidiano da escola”, os quais incluem “formação docente continuada, entre outros aspectos da abrangência _____ da ação supervisora”.

Assinale a alternativa que completa, corretamente, a lacuna do texto.

- (A) didático-pedagógica e curricular
- (B) sociopolítica e cultural
- (C) econômico-social
- (D) político-social
- (E) formal-legal

